

EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL À LUZ DA NBC T 15: o caso da Natura *ENVIRONMENTAL DISCLOSURE IN CONSIDERATION OF THE NBC T 15: The Natura case*

Dêbora Pinho Barcelos*

Mônica Mota Tassigny**

Maria da Graça de Oliveira Carlos***

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria****

Antônio Jackson Alcantara Frota*****

RESUMO

A evidenciação ambiental é utilizada pelas organizações como meio de divulgação de aspectos e impactos ambientais. Neste particular, a Ciência Contábil constitui ferramenta eficiente no que se refere à evidenciação, classificação e mensuração dos eventos ambientais. Desta constatação, partiu-se da seguinte questão: como a Natura divulga suas práticas e evidencia suas informações ambientais? Trata-se de estudo bibliográfico e documental, baseado na análise do conteúdo desta prática na empresa Natura, com o objetivo de desvelar as práticas ambientais desenvolvidas por esta empresa com o fim de preservação ambiental na utilização sustentável de seus insumos. A revisão da literatura apresenta aspectos relevantes relacionados à Contabilidade Ambiental e Evidenciação Ambiental, seus regulamentos e orientações. Como resultados são apresentados os programas de recuperação e conservação ambiental, juntamente com suas demonstrações financeiras, a fim de verificar a classificação em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC T 15 aprovada pela Resolução do CFC nº. 1.003/04. Pode-se concluir que as classificações e alocações pertinentes aos bens, direitos e obrigações descritos pela entidade cumprem a finalidade principal de preservar e proteger o meio ambiente, bem como estão aptos a gerar benefícios econômicos, embora não disponha de um plano de contas exclusivamente ambiental.

Palavras-chave: Evidenciação Ambiental. Contabilidade Ambiental. Meio Ambiente.

Manuscript first received/Recebido em: 08/04/2015 / Manuscript accepted / Aprovado em: 12/08/2015

* Graduação em Ciência Contábeis pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR. Email: deborapbarcelos@gmail.com)

** Professora Titular do Programa de Pós- Graduação em Administração da Universidade de Fortaleza (PPGA/UNIFOR) e Colaboradora com o Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Fortaleza (PPGD/UNIFOR). Email: monica.tass@gmail.com

*** Doutoranda Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Fortaleza (PPGA/UNIFOR), E-mail: mgcarlo@globo.com

**** Doutoranda Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Fortaleza (PPGA/UNIFOR), E-mail: bianapsq@hotmail.com

***** Doutorando Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da Universidade de Fortaleza- UNIFOR (2015-2018). Mestre em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR, (2014) com ênfase na linha de Pesquisa Socioambiental. E-mail: jacksonfrota@ibest.com.br

ABSTRACT

Environmental disclosure is used by organizations as a means of disseminating environmental aspects and impacts. In particular, the Accounting Science is efficient tool when it comes to disclosure, classification and measurement of environmental events. From this finding, the following question was made: how Natura presents its practices and highlights its environmental informations? This was a bibliographical and documentary study, based on the analysis of the content of this practice in Natura company, aiming to unveil the environmental practices carried out by this company for the purpose of environmental preservation in the sustainable use of its inputs. The Review of the literature presents relevant aspects related to Environmental Accounting and Environmental Disclosure, its regulations and guidelines. As the results are presentend the recovery and conservation programs, together with its financial statements in order to verify the classification in accordance with the Brazilian Accounting Standards NBC T 15 approved by Resolution CFC no. 1,003 / 04. It can be concluded that the classifications and relevant allocations to assets, rights and obligations described by the entity meet the primary purpose of preserving and protecting the environment, and are able to generate economic benefits, even though it doesn't have a plan exclusively environmental accounts .

Keywords: *Environmental Disclosure. Environmental Accounting. Environment.*

1 INTRODUÇÃO

O sentimento de comprometimento com as gerações futuras tem despertado a conscientização sobre a perspectiva da preservação ambiental na sociedade, gerando a necessidade de manter os recursos naturais de forma organizada (GONÇALVES-DIAS; HERRERA; CRUZ, 2013). A emergência dessa tomada de consciência alinha-se à noção de desenvolvimento sustentável, definido no Relatório *Brundtland* (Nosso Futuro Comum) elaborado pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1988 como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades” (SULAIMAN, 2011; HOPKINS, 2012).

Diante da concepção sobre o desenvolvimento sustentável, surge a premissa de que as organizações precisam adotar uma forma sustentável de crescimento que garanta o cumprimento de suas necessidades presentes de forma equilibrada sem comprometer as gerações futuras, conciliando progresso econômico e sustentabilidade (BRANDON, 1999; BARBIERI, 2007).

Nesses termos, este estudo tem relevância porque desvela e aponta que o desenvolvimento sustentável faz parte de uma política de gestão ambiental nas empresas e pode, também, expressar fatores competitivos. As organizações adquirem vantagem no mercado e, ao mesmo tempo, criam meios para a proteção do meio ambiente, por meio da minimização dos impactos ambientais, possibilitando melhores resultados na produtividade e na qualidade dos negócios. Para conquistar diferencial e obter credibilidade, além de novas práticas e da publicação anual dos balanços e relatórios sociais e ambientais, as corporações têm buscado certificações e selos internacionais na área social (TORRES, 2002; BARBIERI, 2007). Assim, a organização assume uma marca ambiental que favorece maior aceitação social e dos investidores (BEETS; SOUTHER, 1999; FRANCO, 1999).

O desafio de unir crescimento econômico com preservação da natureza torna necessária a elaboração de modelos contábeis para a tomada de decisões em função de um novo modelo de gestão. Isto implica na relevância de uma doutrina contábil fundamentada e aplicada ao meio ambiente, de forma que auxilie procedimentos estratégicos, partindo da premissa de que gestão ambiental não prejudica o patrimônio empresarial, mas amplia horizontes e agrega valor ao produto.

Desse modo, as estratégias de gestão econômica com suporte no modelo sustentável orientam estudos e fornecem suporte para o desenvolvimento de estratégias que atendam as necessidades dos consumidores, das organizações e do meio ambiente, baseando-se em mecanismos que asseguram a posição de destaque no mercado (COSTA *et al*, 2013; LASH; WELLINGTON, 2007). A Ciência Contábil desenvolve um papel social importante nesse processo, sendo o principal mecanismo de acompanhamento econômico-financeiro da empresa e da sociedade. É uma ferramenta eficiente no que se refere à evidenciação, classificação, mensuração dos eventos ambientais e dos valores despendidos e recebidos, consoante à preservação e recuperação ambiental.

Em razão dessa amplitude, existe a necessidade de divulgar quais são as práticas adotadas por empresas de grande porte para prevenir e diminuir impactos ambientais, em função de incentivos ao uso eficiente dos recursos naturais e ao consumo consciente. Nesse sentido, esta pesquisa analisa práticas de gestão e de sustentabilidade ambiental da empresa brasileira de produtos cosméticos Natura, fundada em 1969, hoje presente no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru, Venezuela e França, que possui política pautada na qualidade e preservação do meio ambiente por meio de um estudo de caso.

Desse contexto, pergunta-se: como a Natura divulga suas práticas e evidencia suas informações ambientais? A partir desse questionamento o estudo tem o objetivo de analisar como a Natura define suas práticas responsáveis relativas ao meio ambiente e como evidencia suas informações ambientais, tendo como base as Demonstrações Financeiras Anuais completas e relatório GRI, identificando as ocorrências de evidenciação segundo a NBC T 15 – Norma Brasileira de Contabilidade de 2006.

2 A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL

Embora a preocupação com o meio ambiente tenha origem no século XIX, somente no século XX enfatizou-se questões sobre preservação do meio ambiente (MEBRATU, 1998). Na década de 1950, iniciou-se a consolidação das ideias sobre responsabilidade social nos Estados Unidos, e na década seguinte, na Europa, e a partir dos anos de 1970, passou a ter repercussão de que problemas ambientais não poderiam ser de responsabilidade localizada, mas de responsabilidade globalizada (FERREIRA, 2003).

Diante desse contexto, em 1998, a Contabilidade Ambiental passou a ter status de novo ramo da Ciência Contábil, com a finalização do relatório financeiro e contábil sobre o passivo e custos ambientais pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (*United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting – ISAR*) (TINOCO; KRAEMER, 2008). O relatório respondia demandas das companhias que buscavam alternativas para a evidenciação da poluição ambiental, como a certificação da ISO 14000 (*International Organization for Standardization*) e uma forma de demonstrar sua preocupação com o meio ambiente.

No Brasil, a questão do desenvolvimento sustentável começou a receber atenção por volta dos anos 1990 (MEBRATU, 1998; SINAY *et al*, 2013). Suas diretrizes foram discutidas na ECO-92, a 2ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, com objetivo de estabelecer uma agenda internacional de cooperação, visando o desenvolvimento sustentável do mundo, na qual foi elaborada a Agenda 21, documento cujo objetivo é implementar, ao longo do século XXI, o desenvolvimento sustentável no Planeta (MEBRATU, 1998; SINAY *et al*, 2013; CARVALHO, 2008).

A Agenda 21 trata, dentre outros assuntos, da inserção da Contabilidade como ciência do meio ambiente. Afirma a necessidade de que países e organismos internacionais desenvolvam um sistema de contabilidade que integre as questões social, ambiental e econômica (FERREIRA, 2003).

Nesse sentido, a contabilidade como instrumento da gestão ambiental, se sustenta na premissa de que a solução dos problemas ambientais, ou sua minimização, exige nova atitude dos empresários e administradores, que devem passar a considerar o meio ambiente em suas decisões e adotar concepções administrativas, tecnológicas e contabilísticas que contribuam para ampliar a capacidade de suporte do planeta (FERREIRA, 2003; BARBIERI, 2007).

Evidenciação, ou *disclosure*, pode ser definida como a divulgação por parte das empresas, de todas as informações, positivas e negativas, que tenham relevância para os usuários da informação (GOULART, 2003). Representa um importante meio de comunicação sobre o desempenho de uma empresa aos seus interessados: acionistas, credores, órgãos de supervisão e controle, governo, empregados. Por esse motivo, a evidenciação possui papel essencial na redução da assimetria de informação entre os gestores e aqueles que possuem interesses na empresa (LINS; SILVA, 2007). Abrange informações sobre funcionários, processo produtivo, serviços à contabilidade, precaução quanto à poluição e impactos ao meio ambiente (MARQUES *et al*, 2010).

Evidenciação das informações ambientais pode ser feita de diversas formas, servindo de apoio às empresas e aos usuários das informações contábeis no que concerne à tomada de decisões mais confiáveis e seguras sobre as organizações (KOSZTRZEPA, 2004). Representa um instrumento pelo qual se torna possível realizar análises quanto aos resultados obtidos pela entidade, e para que a informação seja capaz de fornecer subsídios à tomada de decisão e à avaliação dos efeitos ambientais para os grupos interessados, faz-se necessária a reflexão sobre: (1) o quê; (2) como; (3) quando; e (4) onde evidenciar (BRAGA, 2007).

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC Nº. 750/93, em seu artigo 3º diz que os Princípios Fundamentais de Contabilidade são: o Princípio da Entidade, da Continuidade, da Oportunidade, do Registro pelo Valor Original, da Atualização Monetária, da Competência e da Prudência.

3 CONCEITOS RELEVANTES PARA O ESTUDO

3.1 Ativo e Passivo Ambientais

Ativos Ambientais são todos os bens e direitos relacionados com a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente que estejam aptos a gerar benefícios econômicos futuros para a entidade, como resultado do esforço de pesquisa da entidade (CARVALHO, 2008; IUDÍCIBUS, 2006; BRAGA, 2007).

Os ativos possuem três características essenciais: Benefício Futuro Provável, Controle e Transações e Outros Eventos. Para ser um Benefício, deve haver algum direito específico a benefícios futuros ou potencial de serviço. Direitos e serviços que expiraram não podem ser incluídos e os direitos devem produzir um benefício positivo. Se esses direitos forem negativos ou nulos, em potencial, não são ativos, ainda que no controle os direitos devem pertencer a algum indivíduo ou empresa. Além disso, ativos não devem incluir benefícios que poderão surgir no futuro cujos benefícios não existem no presente momento ou não estão sobre o controle da empresa. Nas Transações e Outros Eventos, os benefícios econômicos devem resultar de transações ou eventos passados. (HENDRIKSEN; BREDÁ, 2007).

As características dos Ativos Ambientais são diferentes de uma entidade para outra (TINOCO; KRAEMER; 2008). Com o objetivo de demonstrar seu empenho na preservação ambiental, os ativos devem ser segregados em linha à parte das demonstrações contábeis. Assim, a entidade permite ao usuário avaliar essas informações e compará-las com os demais elementos que compõem tais demonstrações (RIBEIRO, 2006).

O Ativo Circulante representa os recursos aplicados em um espaço de tempo curto, em que a entidade gira sua atividade por completo, formando, assim, seu ciclo operacional, semelhante ao Ativo Circulante Ambiental, ou estoques ambientais, que tem as mesmas finalidades, porém, com características voltadas para o meio ambiente (ARAÚJO; ASSAF 2004; CARVALHO; 2008). Os Estoques Ambientais são os estoques de materiais, produtos em processo ou produtos acabados, relacionados com o objetivo de proteção, preservação ou recuperação ambiental (CARVALHO; 2008).

Outro componente do Ativo Circulante são os seguros. Esses seguros são determinados como Seguros Ambientais e também devem ser reconhecidos à parte dos demais seguros. Os Seguros Ambientais são despesas pagas antecipadamente, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade serão feitos durante o exercício seguinte. A cobertura se dará durante o exercício ou exercícios posteriores, pois não é despesa já incorrida na data do balanço. (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2003). Esses seguros são classificados como Custos e vão além das exigências legais ou operacionais de forma antecipada e resultam em um melhor relacionamento da empresa com os quais ela interage (PAIVA; 2003).

Passando para o Ativo não Circulante, neste são destacados os eventos financeiros que ultrapassam o exercício social subsequente da entidade, bem como os investimentos e o ativo imobilizado. Os investimentos e os gastos relacionados com reflorestamento ou aquisições de florestas com o objetivo de recuperar o meio ambiente ou preservá-lo (CARVALHO, 2008).

No Imobilizado Ambiental, os investimentos para aquisição de bens que viabilizem a redução de resíduos poluentes durante o processo de obtenção das receitas em que sua vida útil beneficie mais de um exercício social. São reconhecidas as máquinas, equipamentos e instalações adquiridas com o propósito de proteger, preservar ou recuperar o meio ambiente, bem como efetuar reflorestamentos realizados pela entidade (RIBEIRO, 2006; CARVALHO, 2008; TINOCO; KRAEMER, 2008).

O Passivo ambiental ocorre quando sua origem for de evento ou transação que reflita a interação da empresa com o meio ecológico, cujo sacrifício de recursos econômicos se dará no futuro (KRAEMER, 2004). Como exemplo, pode ser mencionada a aquisição de ativos para prevenção de impactos ambientais, insumos para ajudar a não produção de resíduos, mão-de-obra de departamentos ambientais, gastos de recuperação, pagamentos de multas e, também, gastos de tentativas de conservação de imagem da empresa perante a opinião pública.

Os Passivos Ambientais ficaram amplamente conhecidos pela sua conotação mais negativa, exemplificados como os desastres ecológicos, ou seja, as empresas que agrediram significativamente o meio ambiente e, dessa forma, têm que pagar vultosas quantias a título de indenização de terceiros, de multas e para a recuperação de áreas danificadas (TINOCO; KRAEMER, 2004).

3.2 Patrimônio e Receita Ambientais

O conceito de Patrimônio refere-se ao conjunto de bens, direitos e obrigações vinculados a uma entidade num determinado momento, suscetíveis de avaliação econômica. São os recursos percebidos pela entidade, originários da venda de seus subprodutos ou de materiais reciclados. Estes podem ser vendidos tanto como matéria-prima, quanto para a reutilização pela entidade em seu processo produtivo (CARVALHO, 2008).

As receitas ambientais são prestações de serviços de gestão ambiental, venda de produtos elaborados com sobras de insumos do processo produtivo, venda de produtos reciclados, aproveitamento de gases e calor, redução da matéria-prima consumida, redução do consumo de energia, redução do consumo de água e participação no faturamento de empresa que se reconhece sua atuação como responsável com o meio ambiente (TINOCO; KRAEMER, 2008).

3.3 Custos, Despesas e Perdas Ambientais

Os custos de degradação ambiental devem ser internalizados pela empresa e não externalizados para a sociedade (CARVALHO; 2008). Como os gastos de preservação e recuperação ambiental estão relacionados com a atividade produtiva, eles devem ser classificados como custos e imputados aos bens e serviços produzidos (RIBEIRO; 2006). Representam as depreciações, amortizações e exaustões de ativos de natureza ambiental, os tratamentos de resíduos dos produtos, a disposição dos resíduos poluentes, as recuperações ou restaurações de áreas contaminadas e a mão-de-obra utilizada nas operações de controle, preservação ou recuperação do meio ambiente (RIBEIRO; 2006).

Despesas ambientais são gastos efetuados pela empresa que tenha relação com o meio ambiente, ocorridos em determinado período, e que não estejam diretamente relacionados com a atividade produtiva da entidade (CARVALHO; 2008). Dessa forma, estas despesas são caracterizadas como políticas internas de preservação ambiental, salários e encargos do pessoal na área de preservação ambiental, aquisição de equipamentos de proteção ambiental, depreciação de equipamentos utilizados na área ambiental, recuperações ambientais e licenças ambientais. A despesa é o esforço continuado para produzir receitas (IUDÍCIBUS, 2006).

As perdas refletem os gastos incorridos sem uma contrapartida em benefícios. Neste sentido, perdas ambientais são gastos que não trarão benefícios para a empresa, tendo a forma normal que é previsível na qual seus valores são previamente definidos e anormais quando esta é inesperada e de um volume relevante (RIBEIRO, 2006).

3.4 Depreciação e Consumo Ambientais

A Depreciação Acumulada Ambiental é a conta utilizada para registrar a perda do valor de direitos que se tem por bens físicos relacionados à preservação ou recuperação ambiental, em decorrência de uso, ação da natureza ou obsolescência. Carvalho (2008) reconhece como sendo a perda de valor dos recursos minerais, florestais ou, até mesmo, de bens utilizados em decorrência de exploração.

O Consumo se dá a partir de insumos ou serviços totalmente consumidos, necessários ao gerenciamento ambiental ou à recuperação de danos provocados ao meio ambiente. Essas obrigações devem ser contabilizadas em contrapartida a uma conta do resultado operacional, se o fato gerador desse consumo ocorrer dentro do exercício em curso. Exemplos de consumos ambientais podem ser materiais ou produtos, seja qual for o seu estado, se é sólido ou líquido e equipamentos utilizados para a recuperação do meio ambiente degradado (RIBEIRO; 2006).

4 A Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15

O Conselho Federal de Contabilidade - CFC editou a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15) que entrou em vigor em 2006, e estabelece os procedimentos e registros de demonstração contábil que devem ser evidenciados relativos à interação com o meio ambiente. O quadro 1 dispõe os itens que devem ser evidenciados.

Quadro 1 - Itens que devem ser evidenciados de acordo com a NBC T 15

Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15: Itens que devem ser evidenciados
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
Passivos e contingências ambientais.

Fonte: Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15 (2006)

A NBC T 15 classifica as informações contábeis. Em caso de referências não contábeis, as informações devem ser indicadas e evidenciadas por meio de critérios e controles utilizados para garantir a integridade de tais informações. De acordo com norma, “entende-se por informações de natureza social e ambiental: a) a geração e a distribuição de riqueza; b) os recursos humanos; c) a interação da entidade com o ambiente externo; d) a interação com o meio ambiente”. Por fim, a NBC T 15 esclarece que a entidade poderá acrescentar ou detalhar outras informações que julgar relevante além daquelas dispostas no quadro 1. Também prevê que a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser objeto de auditoria independente quando a empresa for submetida a tal processo.

Faria & Oliveira (2006), com suporte na NBC T 15, verificaram como têm sido evidenciados investimentos passivos e custos ambientais por empresas do ramo químico e petroquímico. Os autores

constatarem que as demonstrações contábeis das empresas analisadas mostraram-se pouco adequadas às necessidades dos usuários da informação contábil, pois, dentre sete empresas, apenas uma teve sua Evidenciação classificada como “bem adequada” às exigências da referida norma.

Da mesma forma, Vieira & Faria (2007, p. 49) verificaram, em 2005, que:

as 14 maiores empresas por faturamento no segmento de alimentos e bebidas da economia brasileira e que evidenciaram, de maneira adequada, informações de responsabilidade social. Constataram que cinco empresas mostraram um Péssimo conceito; quatro apresentaram Ótimo desempenho na Evidenciação de suas informações de responsabilidade social; e as demais se apresentaram de forma Boa ou Regular.

5 METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e exploratória tendo por finalidade investigar as informações sobre a classificação contábil e evidenciação ambiental da Natura (MINAYO, 2007). Foram analisadas as práticas ambientais desenvolvidas pela Natura, por meio de relatório de sustentabilidade, GRI, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, Relatórios da Administração, Parecer dos Auditores e Notas Explicativas de 2012 e 2013, disponibilizados na internet, tendo como objetivo a preservação, utilização sustentável dos insumos, apresentando como são investidos os recursos auferidos pela entidade.

A investigação prioriza a leitura qualitativa, tendo em vista que está interessada em apurar os significados e o entendimento de um determinado fenômeno (MINAYO, 2007; CAVAYE, 1996).

O presente trabalho caracteriza-se por estudo de caso, visto que representa um meio de organizar dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado (GOODE; HATT, 1969; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006), uma vez que os dados serão compilados descritos e analisados, tendo como fonte as Demonstrações Financeiras da Natura, instrumento base para investigar se a mesma obedece a NBC T 15 no que diz respeito às informações ambientais.

As informações coletadas são secundárias, adquiridas por meio de pesquisa documental, pesquisas bibliográficas, Relatório GRI, Relatórios da Administração e o parecer dos Auditores Independentes disponibilizados nos sítios da empresa Natura, GRI e Bovespa.

O objeto documental pode assumir muitas formas e deve ser o objeto de planos explícitos de coleta de dados (YIN, 2001). No Quadro 2, a seguir, são apresentados pontos fortes e fracos de forma comparativa a respeito de documentos e registros de arquivos como fonte de evidências.

Quadro 2 - Pontos fortes e pontos fracos dos documentos e registros de arquivos

FONTES DE EVIDÊNCIA	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Documental Registro de Arquivos	<ul style="list-style-type: none">▪ Estável – pode ser revisada inúmeras vezes;▪ Ampla cobertura – longo espaço de tempo muitos eventos e muitos ambientes distintos;▪ Exata – contém nomes, referências e detalhes.	<ul style="list-style-type: none">▪ Seletividade tendenciosa;▪ Relatos de visões Tendenciosas▪ Acesso – pode ser deliberadamente negado.

Fonte: Adaptado de Yin (2001)

Yin (2001) aduz que a análise deve deixar claro todas as evidências relevantes, abranger todas as principais interpretações correntes, dedicar-se aos aspectos mais significativos do estudo de caso e utilizar o conhecimento prévio adquirido.

O estudo tem como base a NBC T 15, norma que estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. Para tanto, a análise dos dados tem como objetivo organizar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação (GIL, 1999). Os objetivos da investigação são alcançados com a coleta, o tratamento e, posteriormente, com a interpretação dos dados, buscando assegurar com isso a correlação entre objetivos e formas de atingi-los (VERGARA, 1997).

6 ANÁLISE DOS DADOS

6.1 Caracterização da empresa “Natura”

A Natura, fundada em 1969, é uma empresa do setor de produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, de origem brasileira e com forte presença na América Latina. Possui cultura de valorização das relações, pautada na promoção do desenvolvimento sustentável, despertando a consciência sobre o uso responsável e inovador dos ativos da biodiversidade, orientados para a melhor equação entre os impactos ambientais e econômicos dos negócios (NATURA, 2014).

Com sede administrativa localizada em Cajamar (SP), a empresa possui quatro escritórios comerciais – Salvador (BA) Alphaville (SP) Rio de Janeiro (RJ) e Porto Alegre (RS). Também possui fábricas e Centros de Pesquisa e Tecnologia em Cajamar e Benevides (PA) e oito centros de distribuição no País, que atendem a um volume médio de 70 mil pedidos diários. Em dezembro de 2012, adquiriu uma participação de 65% da fabricante de cosméticos australiana Aesop, que atua no segmento *premium* na Oceania, Ásia, Europa e América do Norte, no entanto as operações das duas empresas seguem independentes.

Atua por meio da venda direta, reunindo hoje 1,5 milhão de consultoras e consultores Natura-CNs, o seu principal elo com o consumidor, como apoio a essa rede de relações conta com 6,7 mil colaboradores atuantes em todas as operações.

Por meio da Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas - ABEVD, a Natura integra a Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade, criada pelo Ministério do Meio Ambiente e que mobiliza mulheres em cargos de liderança para debater novas soluções sustentáveis (NATURA, 2014).

A Empresa busca criar valor para a sociedade, gerando resultados integrados nas dimensões econômicas, sociais e ambientais, por meio do exercício contínuo da transparência ao utilizar a biodiversidade botânica brasileira em observância as normas de segurança internacionais (NATURA, 2014). A governança corporativa da Natura passou por uma significativa evolução, nos últimos anos, especialmente a partir da abertura de capital, em 2004, e da adesão ao Novo Mercado bolsa de Valores de São Paulo (BM & FBovespa).

A gestão sobre os impactos de seu negócio no meio ambiente parte de uma visão que busca reduzir os impactos negativos e maximizar os positivos, por meio de soluções que criem valor compartilhado para toda a rede de relações.

A Empresa tem trabalhado para ampliar a gestão nas Operações Internacionais, com o avanço gradual do número de indicadores acompanhados nesses locais. A Companhia é signatária do Pacto Global desde julho de 2000. Trata-se de uma iniciativa da Organização das Nações Unidas - ONU que reúne empresas, trabalhadores e sociedade civil para promover o crescimento sustentável e a cidadania.

A Natura também é membro do *Steering Committee* e signatária do programa *Caring for Climate*, do Pacto Global. Integra, ainda, o Comitê Brasileiro do Pacto Global - CBPG criado a partir da parceria entre o Instituto Ethos e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em 2003. O CBPG é um grupo voluntário composto por empresas, agências do Sistema nas Nações Unidas no Brasil, entidades empresariais, academia e organizações da sociedade civil para promover a adoção e incorporação dos princípios na gestão dos negócios.

A Natura publica, há sete anos, a tabela ambiental em seus produtos, informando a origem das matérias-primas que os constituem. Além disso, cumpre requisitos legais no que diz respeito a informações sobre os ingredientes utilizados, advertências, modo de uso, benefícios declarados e terceirização da produção. Os rótulos dos produtos, segundo a empresa, estão de acordo com as legislações em vigor e respeitam todas as resoluções relacionadas a cosméticos definidas pela Anvisa e de órgãos sanitários nos demais países onde atua.

Sua conduta de relacionamento com as comunidades está expressa na Política Natura de Uso Sustentável da Sociobiodiversidade e do Conhecimento Tradicional. São diretrizes inspiradas nas premissas da Convenção da Diversidade Biológica, da ONU, primeiro acordo global que reconhece a conservação da diversidade biológica como parte integrante do desenvolvimento sustentável. Assim, a Natura procura promover um relacionamento pautado pelo preço justo, pela repartição dos benefícios adquiridos com o uso do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado e ajuda, assim, a criar condições para que essas comunidades se estruturem, diversifiquem seu negócio e promovam o desenvolvimento sustentável na sua região.

Por ser um valor fundamental da companhia, a Natura busca transmitir para o mercado a importância da sustentabilidade e os cuidados que a empresa toma em seus negócios ao levar em consideração os princípios da gestão nos aspectos econômico, social e ambiental. É também uma forma de incentivar o mercado a seguir caminho similar, gerando uma agenda de transformação para o futuro.

A Natura foi vencedora nas categorias Sustentabilidade, Socioambiental, Governança Corporativa e do setor de Bens de Consumo e Serviço durante a premiação *IR Magazine Brazil Awards*, promovida pela revista *RI*. Recebeu, também, menção honrosa nas categorias Relatório Anual, encontro com a comunidade de analistas e RI com investidores individuais.

6.2 Investimentos em Sustentabilidade

O investimento na preservação ambiental exerce influência positiva e significativa na construção e fortalecimento da imagem corporativa de empresas do setor de cosméticos, devendo ser considerado na definição do plano estratégico das empresas (BARBIERI, 2007).

A formação de investimento em meio ambiente está relacionada à decisão da empresa de desenvolver um projeto para prevenir, recuperar ou reciclar (FERREIRA, 2003). Esses investimentos

podem ser exemplificados como o desenvolvimento de uma tecnologia mais limpa e/ou gastos necessários para uma máquina ou equipamento para redução de poluição entrar em operação.

Conforme sua matriz de materialidade, os temas ambientais prioritários para a companhia são água; mudanças climáticas; sociobiodiversidade e resíduos sólidos. Para todos esses aspectos a empresa realiza fóruns periódicos para acompanhar compromissos assumidos e as evoluções em cada tema. Seus indicadores contemplam as unidades comerciais e industriais, escritórios e centros de distribuição no Brasil.

A empresa possui gestão de recursos hídricos em toda a cadeia de valor, incluindo a fase de uso dos produtos pelos consumidores. No que tange à estratégia de educação, a Natura engloba as atividades do Instituto Natura, organização sem fins lucrativos criada em 2010 para gerenciar o investimento social privado e que tem a promoção de tecnologias educativas. Em 2012, o Projeto Trilhas, de estímulo à leitura e à escrita na educação infantil, tornou-se política pública em parceria com o Ministério da Educação e chegou a 2 mil municípios e 3 milhões de estudantes.

Em 2012, assinou uma parceria com o professor Stuart Hart, da Universidade Cornell, nos EUA, um dos principais especialistas mundiais em negócios na base da pirâmide, com o objetivo de conectar uma rede de laboratórios que pesquisa soluções e negócios empreendedores nas classes menos favorecidas em todo o mundo. Assim, as Consultoras Natura (CNs) pretendem aproveitar essa experiência para promover a educação para o empreendedorismo sustentável e viabilizar a criação de soluções inovadoras e criativas para concretizar novos negócios.

No que tange a inovações, a Natura incorporou o desafio de redução das emissões de carbono. Lançado em 2007 para estruturar iniciativas de redução, o Programa Carbono Neutro influenciou a criação de um sistema de gestão do tema em todas as etapas do processo produtivo, tais como desenvolvimento, fabricação de produtos, ciclo do pedido (relacionamento com as CNs que inclui a produção das revistas Natura, o registro e a separação dos pedidos para entrega e transporte). A empresa passou a adotar uma carreta de carga e um ônibus fretado para transporte de colaboradores movidos a etanol. Além disso, iniciou testes com veículos elétricos na rede logística para entrega de pedidos. Entre as alternativas estão bicicletas, triciclos e automóveis elétricos.

Nos documentos pesquisados também é perceptível a preocupação com a gestão de resíduos sólidos, visto que objetiva fomentar a estruturação de cadeias de fornecimento desses materiais de maneira eficiente e inclusiva, com preço justo, inclusão social e rastreabilidade. A empresa entende o resíduo não como um fim, mas como o início de um novo negócio. No âmbito setorial, a Natura apoia ações promovidas pela Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec) para favorecer o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Em relação às questões da sociobiodiversidade, em 2011 lançou o Programa Amazônia, cujo foco prioritário de sua estratégia foi a inclusão dos países vizinhos onde teve operações. A entidade inaugurou o Núcleo de Inovação Natura Amazônia (Nina) em Manaus, um centro de conhecimento com a missão de estimular a formação de uma rede de pesquisadores, em conjunto com instituições de ciência e tecnologia locais, nacionais e internacionais. Também lançou o Edital Natura Campus focado na Amazônia para a seleção de projetos de ciência, tecnologia e inovação na região e iniciou as obras de um parque industrial, o Ecoparque, em Benevides - PA.

A iniciativa faz parte do Programa Amazônia que está estruturado em três frentes – ciência e tecnologia; cadeias produtivas sustentáveis; e fortalecimento institucional – e tem, entre suas metas para 2020, o objetivo de movimentar R\$ 1 bilhão na região; conectar mil pesquisadores em rede para gerar inovação e tecnologia a partir dos recursos da sociobiodiversidade; ampliar para 10 mil o número de famílias envolvidas - atualmente são 3,1 mil; e registrar 30% de consumo de insumos produzidos na região - o índice atual é de 13,4%.

A Natura também expandiu a estratégia de cadeias de suprimentos sustentáveis, que considera aspectos socioambientais para selecionar e desenvolver fornecedores. Em 2011, primeiro ano do programa, revisou 60% da base de suprimentos, identificando os que têm boas práticas de gestão e oportunidades de ampliar essa atuação. No mesmo ano foram gerados benefícios na ordem de R\$ 1 milhão. Em 2012, foram alcançados outros R\$ 2 milhões e houve do programa aos fornecedores de insumos indiretos. Em cinco anos, tem o objetivo de gerar R\$ 16 milhões em ganhos socioambientais por meio dos investimentos de toda a cadeia produtiva.

Essa geração de valor pretende ser ampliada nos próximos anos dentro da estratégia de expansão dos negócios do Programa Amazônia. Para preparar a cadeia de fornecimento de insumos para a ampliação na demanda, instituiu o Núcleo de Abastecimento, com foco na identificação de necessidades de estruturação das atuais comunidades e na busca por novos parceiros. Segue resumo (Quadro 3) dos resultados socioambientais, com suporte nos programas desenvolvidos pela Natura, tendo como referência os relatórios administrativos de 2012 e 2013.

Quadro 3 - Resultados dos Destaques Socioambientais com base nos Relatórios Administrativos.

Destaques Socioambientais		
Programas	Resultado 2012	Resultado 2013
Água	Manteve o consumo em 0,40 litro por unidade produzida, meta estabelecida em 2011.	O compromisso para 2013 foi de reduzir o consumo de água para 0,39 litro por unidade produzida no Brasil, entretanto obteve, 0,40l/un.
Educação Crer Para Ver * (Projeto Trilhas)	Alcançou a Meta de 12,8 milhões em vendas dos produtos. Superando a meta estabelecida em 2011 de 24%.	A meta para 2013 foi arrecadar LAIR de R\$ 14,0 milhões com a venda dos produtos Crer para Ver no Brasil, entretanto o resultado foi de 17,1 milhões. Obteve excelente resultado, impactado pelo bom desempenho de lançamentos de produtos e campanhas junto à força de vendas.
Empreendedorismo Sustentável	Parceria com o com o professor Stuart Hart, da Universidade Cornell, nos EUA para promover educação para empreendedorismo sustentável.	–
Mudanças Climáticas (Programa Carbono Neutro)	Redução de 28,4%. Em 2012, foi divulgada redução de 7,4%, mas o índice foi recalculado após correção feita pelo governo federal no fator de emissão de energia elétrica.	Atingiu em 2013 a redução de 33,2% em suas emissões relativas de gases de efeito estufa, em comparação com 2006, alcançando o compromisso que firmou naquele ano de buscar alternativas para reduzir nosso impacto em mudanças climáticas em 33%.

continua...

continuação do Quadro 3

Resíduos Sólidos	O objetivo era Manter em 20,0 gramas por unidade produzida a mesma quantidade de resíduos gerada no Brasil alcançado em 2011, entretanto, a meta não foi alcançada tendo como resultado 25,6 gra/uni produzida, reflexo, principalmente, das perdas com estoques de materiais descontinuados .	O compromisso para 2012 foi de reduzir para 24,7 gramas por unidade produzida a quantidade de resíduos gerada no Brasil, em 2013 alcançou a meta 21,7 gramas/unid produzida. O valor foi abaixo da meta pela produção acima do previsto em uma das fábricas de Cajamar.
Sociobiodiversidade Programa Amazônia** (Nina) (Ecoparque)	Em 2012, o volume de negócios na região Amazônica cresceu 88% em relação 2011, totalizando R\$ 12,1 milhões.	O Compromisso foi de aumentar em 56,0% o volume de negócios na região amazônica, chegando a R\$ 190 milhões em 2013. A meta foi ultrapassada em R\$ 201,5 milhões Acima do planejado para o período, influenciado principalmente pelos investimentos no Ecoparque.
Fornecedores Cadeia de Suprimentos Sustentáveis***	Alcançou 10,0 milhões. O aumento no volume de recursos destinados às comunidades fornecedoras foi em consequência principalmente do crescimento na repartição de benefícios para as mesmas.	A meta era destinar R\$ 13,6 milhões em riquezas para as comunidades fornecedoras. Entretanto foi alcançado R\$ 11,2 milhões, motivado pela redução nas compras de matéria prima em função do escoamento de estoques formados em 2012, quando as vendas foram menores do que o estimado.

* Recurso destinado ao Instituto Natura para investimento em projetos de apoio à educação no Brasil.

** Volumes de Negócios na Região Amazônica.

*** Recursos Destinados às comunidades Fornecedoras, Indicador composto principalmente por repartição de benefícios e valores pagos pela compra de matéria-prima.

Fonte: Adaptação dos Relatórios Administrativos Natura- Exercícios 2012 e 2013.

6.3 A Evidenciação Ambiental de Acordo com a NBC T 15

O Quadro 4 explicita o registro das informações ambientais na empresa analisada, a luz da NBC T 15. Para a análise, foram consideradas as seguintes categorias: Empréstimos e Financiamentos FINEP- Passivo Circulante/ Não Circulante/ Subvenção; Crédito de Carbono -Ativo Não Circulante/ Intangível; Provisões Para Riscos Cíveis Ambientais; Honorária advocatícia ação cível ambiental e os Projetos em andamento - Ativo Não Circulante Imobilizado.

Quadro 4 - Registro das Informações Ambientais de Acordo com a NBC T 15:

Itens a Evidenciar NBC T 15	Evidenciação Identificada nas DFP Natura de 2012	Evidenciação Identificada nas DFP Natura de 2013
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	Projetos em Andamento (Ecoparque)	Projetos em andamento (Ecoparque)
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;	(1)Intangível – Crédito de Carbono R\$9.664	(1)Intangível – Credito de Carbono Baixa de R\$(9.664,00)
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;	Empréstimos e Financiamentos – Pesquisa e Estudos	Empréstimos e Financiamentos – Pesquisa e Estudos

continua...

continuação Quadro 4

Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;	(2) Empréstimos e Financiamentos – Pesquisa e estudos FINEP - R\$ 75.178	(2) Empréstimos e Financiamentos - Pesquisa e Estudos FINEP R\$ 46.421
	(3) Empréstimos e Financiamentos – Pesquisa e estudos Subvenção FNEP R\$ 705	(3) Empréstimos e Financiamentos – Pesquisa e estudos Subvenção R\$ 1.647
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;	(7) Imobilizado - Projetos em andamento R\$ 100.187 (Ecoparque)	(7) Imobilizado - Projetos em andamento R\$ 28.491 (Ecoparque)
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;	A Natura não registrou processos ambientais, entretanto nas demonstrações de 2012 e 2013 ainda refletem uma Ação Judicial pertinente ao Auto de Infração lavrado pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente de 2011, por acessos supostamente irregulares ao patrimônio genético brasileiro.	
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;	A Natura não registrou multas, entretanto pertinente a Ação Judicial referente a 2011 a Sociedade recebeu até de 2012, 70 multas do IBAMA	
Passivos e contingências ambientais.	(4) Outras Provisões – Crédito de Carbono R\$ 13.686 (5) Honorários Processo movido pelo IBAMA R\$ 2.792 (6) Honorários advocatícios Ação Cível ambiental R\$ 2.063	(4) Outras Provisões – Crédito de Carbono R\$ 9.719 (5) Honorários Processo movido pelo IBAMA R\$ 2.953 (6) Honorários advocatícios Ação Cível ambiental R\$ 2.494

Fonte: Adaptação resultante da análise das Demonstrações Financeiras da Natura (2012, 2013)

6.3.1 Empréstimos e Financiamentos FINEP- Passivo Circulante/ Não Circulante/ Subvenção

O subsídio em empréstimo é reconhecido como subvenção governamental quando existe segurança de que a entidade cumprirá os compromissos assumidos. Assim, a Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. possui programas de inovação que buscam o desenvolvimento e a aquisição de novas tecnologias por meio de parcerias com universidades e centros de pesquisa no Brasil e no exterior. Tais programas de inovação têm o apoio de programas de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, que viabiliza e/ou co-financia equipamentos, bolsas científicas e material de pesquisa para as universidades participantes.

Esses recursos foram destinados ao custeio parcial dos investimentos incorridos na elaboração dos projetos “Plataformas de Tecnologia para Novos Produtos Cosméticos e Suplementos Nutricionais” e “Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento de Novos Produtos Cosméticos”.

6.3.2 Crédito de Carbono -Ativo Não Circulante/ Intangível

Em linha com suas crenças e princípios, a Empresa optou por realizar aquisições diretas de créditos de carbono de projetos com benefícios socioambientais oriundos do mercado voluntário. Dessa forma, os gastos incorridos geram créditos de carbono após a finalização ou maturação desses projetos. Durante os referidos exercícios, os gastos foram registrados a valor de custo como um ativo intangível, já que representam um direito futuro de uso.

Ressalta-se que os ativos que o geram benefícios têm substâncias físicas que configuram como

ativo intangível de longo prazo, mas os créditos de carbono são intangíveis, de longo ou curto prazo, cujo valor e momento da contabilização ainda não são claros (RIBEIRO, 2006).

Barbieri (2007) concorda com a classificação dos créditos de carbono como ativo intangível e suas receitas como operacionais, e entendem que esses créditos podem ser enquadrados como derivativos em algumas situações.

Em 2007, a Natura assumiu com seus colaboradores, clientes, fornecedores e acionistas o compromisso de ser uma empresa Carbono Neutro, que consiste em neutralizar suas emissões de Gases do Efeito Estufa (GEEs), em sua cadeia completa de produção, desde a extração das matérias-primas até o pós-consumo. Esse compromisso, apesar de não ser uma obrigação legal, já que o Brasil não apresenta meta de redução, mesmo sendo um país signatário do Protocolo de Quioto, é considerado uma obrigação construtiva, conforme o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que determina o reconhecimento de uma provisão nas demonstrações contábeis, se esta for passível de desembolso e mensurável.

Há benefícios econômicos que são sacrificados em função de obrigações contraídas perante terceiros para preservação e proteção ao meio ambiente (MARTINS; DE LUCA; 1994). Têm origem em gastos relativos ao meio ambiente, que podem refletir em despesas do período atual ou anteriores, aquisição de bens permanentes, ou na existência de riscos de esses gastos virem a se efetivar (contingências).

No entanto, os Passivos Ambientais não têm origem apenas em fatos de conotação negativa, conforme ressaltam os autores Tinoco & Kraemer (2004, p. 178):

Podem originar-se de atitudes ambientalmente responsáveis, como decorrentes da manutenção de sistema de gerenciamento ambiental, os quais requerem pessoas para sua operacionalização, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos, instalações para seu funcionamento. Sendo tais investimentos financiados por fornecedores ou por instituições de crédito, a companhia contrairá exigibilidades de cunho ambientais, classificadas como Passivo Ambiental.

O passivo contingente não pode ser reconhecido, entretanto deve ser divulgado a não ser que seja remota a possibilidade de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para sua liquidação (NIYAMA; SILVA, 2011).

O passivo é estimado por meio dos inventários auditados de emissão de carbono realizados anualmente e valorizado com base nos preços médios de aquisição de toneladas dos contratos em vigor e nos preços estimados para as próximas aquisições. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo registrado no passivo na rubrica “Outras provisões” refere-se ao total das emissões de carbono do período de 2007 a 2012, que ainda não foram neutralizadas por meio dos projetos correspondentes, portanto, não há efetivação do certificado de carbono.

6.3.3 Provisões Para Riscos Cíveis Ambientais

Segundo informações descritas nas Demonstrações Financeiras da Entidade, as Provisões para riscos cíveis, ambientais e trabalhistas, são atualizadas até as datas dos balanços pelo

montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da empresa.

Ribeiro (2006) classifica as perdas como sendo os gastos que não trazem qualquer benefício adicional, multas ou penalidades por decorrência da atividade não estar de acordo com a legislação, restauração de áreas contaminadas e complemento dos custos estimados de recuperação relacionados às atividades de períodos anteriores.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a opinião das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

O Relatório GRI afirma que em 2012 a empresa não teve qualquer litígio envolvendo matérias de direito concorrencial, nem apresenta histórico de multas significativas ou sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos. Da mesma forma, também não registrou multas e sanções resultantes de não conformidade com leis e regulamentos ambientais. No entanto, possui ações cíveis em razão de multas junto ao IBAMA de exercícios anteriores.

6.3.4 Honorária advocatícia - ação cível ambiental

Identificou-se a existência de honorários advocatícios para defesa dos interesses da Natura nos autos da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal do Estado do Acre, sob a alegação de suposto acesso irregular ao conhecimento tradicional associado ao ativo Murumuru. Na opinião dos assessores legais da empresa, a probabilidade de perda é remota.

Além disso, também constatou-se honorários advocatícios para anular autos de infrações lavrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 2010 e 2011, por acessos supostamente irregulares ao patrimônio genético brasileiro ou ao conhecimento tradicional associado.

A Natura recebeu até o ano de 2012, 70 multas do IBAMA, no total de R\$ 21.805,00, apresentou defesa e recurso administrativo para todas, sendo que 2 (dois) autos de infração foram cancelados. Nos demais casos, até o fechamento do relatório GRI, não houve decisão de mérito definitivo do IBAMA, razão pela qual tais multas não representam créditos exigíveis.

A administração da Natura e seus assessores legais consideraram remotas as perdas nos autos de infração, em virtude do cumprimento dos princípios estabelecidos na Convenção da Diversidade Biológica - CDB, tratado internacional firmado na Rio – 92, e das legalidades e inconstitucionalidades do atual marco legal que incorporou CDB no sistema legal brasileiro.

Com exceção de insumos provenientes de terras da União, que se recusa a negociar, apesar de ter estabelecido aos Comitês de Negociação, a Natura reparte benefícios em 100% dos acessos de insumos no uso da biodiversidade, sendo inclusive a pioneira na repartição de benefícios com as comunidades tradicionais e possuindo a maior parte das solicitações ao órgão regulador de pedidos de autorização para acesso à biodiversidade e das autorizações já emitidas para empresas privadas.

6.3.5 Projetos em andamento - Ativo Não Circulante Imobilizado

Segundo os Relatórios, os principais projetos foram iniciados em 2012, principalmente pela expansão de sua capacidade produtiva, em tecnologia da informação e em logística. Para 2013, tem a projeção de incluir inaugurações de sua fábrica de sabonetes no Pará e do novo centro de distribuição em São Paulo, a ampliação da capacidade produtiva de Cajamar, além de investimentos em sistemas que permitirão uma evolução na experiência de compra por meio do uso da tecnologia.

Em 2013 a Natura investiu, principalmente, para consolidar o modelo logístico, ampliar a capacidade produtiva em Cajamar e no Pará - Ecoparque. Esses investimentos resultaram na conquista de altos índices de qualidade do serviço prestado às consultoras e na redução do prazo de entrega dos pedidos, além de um melhor equilíbrio entre produção interna e em terceiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise do relatório de sustentabilidade, GRI, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, Relatórios da Administração, Parecer dos Auditores e Notas Explicativas, foram observadas informações pertinentes ao ramo de atividade a qual se encontra a Natura, as classificações e alocações pertinentes aos bens, direitos e obrigações descritos pela entidade com a finalidade principal de preservar e proteger o meio ambiente e aptos a gerar benefícios econômicos. Foram consideradas as seguintes categorias de análise: Empréstimos e Financiamentos FINEP- Passivo Circulante/ Não Circulante/ Subvenção; Crédito de Carbono -Ativo Não Circulante/ Intangível; Provisões Para Riscos Cíveis Ambientais; Honorária advocatícia ação cível ambiental e os Projetos em andamento - Ativo Não Circulante Imobilizado.

Quando analisado o processo de gestão da empresa foi percebido que a Natura utiliza os recursos existentes a seu favor, tornando-os parte dos dogmas estabelecidos pelas normas de gestão ambiental, e Normas Brasileiras de Contabilidade, acarretando na viabilidade do processo sustentável, tomando nota de conceitos firmados que fazem parte da prática administrativa ambiental.

Entretanto, a localização de algumas ações ambientais referenciadas pela NBC T 15 e praticadas pela empresa não foram nítidas dentro das Demonstrações Financeiras. Por sua vez, a compra de Crédito de Carbono, assim como provisões pertinentes às ações judiciais relacionadas ao meio ambiente, foram facilmente localizadas.

A empresa parece não dispor de um plano de contas exclusivamente ambiental, no entanto é possível visualizar por meio dos relatórios suas práticas descritas de maneira organizada e bem elaborada.

A Natura apresenta Ativos Ambientais aos quais estão relacionados com os investimentos realizados em tecnologia, matérias primas, processos de prevenção, educação ambiental, contenção, diminuição ou eliminação de aspectos poluentes que representam riscos ao meio ambiente, à saúde pública ou aos trabalhadores, em uma perspectiva de geração de benefícios econômicos.

O Passivo ambiental da Natura está evidenciado nas obrigações que se referem aos prejuízos e danos ambientais que a mesma causa no decurso de suas atividades. Assim sendo, são gerados investimentos e ações de igual valor aos prejuízos ou sanções pecuniárias, ou relacionadas a estas.

Isto posto, a adequação econômica, social e empresarial do padrão de desenvolvimento sustentável concebido pela Natura influencia nas ações dos cidadãos e empresários, em virtude disso, toda a notoriedade desse dinamismo permite que aqueles tenham o poder e a responsabilidade de fiscalizar as ações que potencialmente irão impactar o meio ambiente, de modo a cobrar um maior nível de evidenciação ambiental das empresas brasileiras, bem como avaliar se a compensação por meio dos investimentos é compatível com o grau de impactos ambientais causados pelo ramo de atividade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. M. P. de, ASSAF, A. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.
- BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BEETS, D. S.; SOUTHER, C. C. Corporate Environmental Reports: The Need for Standards and an Environmental Assurance Service. **Accounting Horizons**. v.13, n. 2, p.129-145, 1999. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=186134. Acesso em: 05 jul. 2014.
- BOVESPA, **Demonstrações Financeiras Natura 2012 e 2013**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/>. Acesso em: 27 maio 2014.
- BRAGA, C. (Org). **Contabilidade ambiental: ferramenta para gestão da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007
- BRANDON, P. S. Sustainability in management and organization: the key issues? **Building Research e Information**, 1999, 27 (6), 390-396. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0961321993692228#.VRc4BjvF-xE>. Acesso em: 30 jul. 2014.
- CARVALHO, G. M. B. de. **Contabilidade ambiental**. Curitiba, PR: Juruá, 2008.
- CAVAYE, A. Case Study Research: A Multi-Faceted Research Approach For IS. **Information Systems Journal**, 6(3), 227-242, 1996. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1365-2575.1996.tb00015.x/abstract>. Acesso em: 17 Jul 2014.
- COSTA, F. J. da *et al* . Valores pessoais e gestão socioambiental: um estudo com estudantes de administração. **RAM, Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 3, Jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712013000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 nov. 2014.
- FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva. 2001.
- FARIA, A. C. de; OLIVEIRA, R. de. Evidenciação de eventos econômicos de natureza ambiental pelas empresas do setor químico e petroquímico. In: SEGET - **SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA**, 3., 2006, Resende/RJ. Anais... Resende: SEGET, 2006. CD-ROM.
- FERREIRA, A. C. S., **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2003.
- FRANCO, H. **A contabilidade na era da globalização**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GLOBALREPORTING, **Relatório GRINatura 2012**. Disponível em: <http://database.globalreporting.org>. Acesso: 13 maio 2014.

GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; HERRERA, C. B.; CRUZ, M. T. de S. Desafios (e dilemas) para inserir “Sustentabilidade” nos currículos de administração: um estudo de caso. **RAM, Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 3, Jun.2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712013000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 nov. 2014.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. - **Métodos em pesquisa social**. 3.ed., São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

GOULART, A.M.C. **Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil**. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado em Controladoria e Contabilidade. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – USP, 2003.

HENDRIKSEN, E. S.; e BRENDA, M. F. V. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

HOPKINS, C. Twenty years of education for sustainable development. **Journal of Education for Sustainable Development**. 2012, 6, 1. 2012. Disponível em: <http://jsd.sagepub.com/content/6/1/1.full.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2014.

IUDÍCIBUS, S; SANTOS, O; MARTINS, E; e GELBCKE, ER. **Manual de contabilidade das sociedades**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

KOSZTRZEPA, R. O. **Evidenciação dos eventos relacionados com o meio ambiente: um estudo em indústrias químicas**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2004.

KRAEMER, M. E. P. **Gestão ambiental: enfoque no desenvolvimento sustentável**. Itajaí/SC: Univali, 2004.

LASH, J. WELLINGTON, F. Competitive advantage on a warming planet. **Harvard Business Review**, março, 2007. Disponível em: http://www.climateactionproject.com/docs/Competitive_Advantage_Warming_Planet.pdf. Acesso em: 22 nov. 2014.

LINS, L. S.; SILVA, R. N. S. Responsabilidade Socioambiental ou Greenwash: uma avaliação com base nos relatórios de sustentabilidade ambiental. In: **ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE – ENGEMA**, 9., 2007.

MARQUES, M. de M. et al. Evidenciação ambiental: uma análise da evolução dos investimentos ambientais e o reflexo no que é divulgado. o. In: **CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE**, 10., 2010, São Paulo. Anais... São Paulo, 2010.

MARTINS, E.; DE LUCA, M. M. Ecologia via contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília - DF: ano 23, n. 86, p.20-29, mar.1994.

MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environ Impact Asses Rev.** 1998; n. 18: p. 493-520. Disponível em: http://www.is.cnpm.embrapa.br/bibliografia/1998_Sustainability_and_sustainable_development_Historical_and_conceptual_review.pdf. Acesso em: 21 nov. 2014.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2007.

NATURA, **Relatórios da Administração Natura 2012 e 2013.** Disponível em: <www.natura.com.br> Acesso em: 13 maio 2014.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da contabilidade.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE - **NBC T 15**, Informações de Natureza Social e Ambiental, Resolução CFC nº 1.003/04. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc>. Acesso em: 25 maio 2014.

PAIVA, P. R. **Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção.** São Paulo: Atlas, 2003.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social.** São Paulo: Cortez, 1994.

RIBEIRO, M. de S. **Contabilidade ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2006.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa.** São Paulo: McGraw Hill, 2006.

SINAY, M. C. F. de et al. Ensino e pesquisa em gestão ambiental nos programas brasileiros de pós-graduação em administração. **RAM, Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 3, Junho 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712013000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 nov. 2014.

SULAIMAN, S. N. Educação ambiental, sustentabilidade e ciência: o papel da mídia na difusão de conhecimentos científicos. **Ciência e Educação (Bauru)**, Bauru, v. 17, n. 3, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132011000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 nov. 2014.

TINOCO, J. E.; KRAEMER, E. P. **Contabilidade e gestão ambiental.** São Paulo: Editora Atlas, 2004.

_____; _____. **Contabilidade e gestão ambiental.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TORRES, C. Responsabilidade social das empresas. In: AYRES, A. R.; SOARES, F. P.; BARTHOLO, R. S. (Orgs.). **Ética e responsabilidade social.** Brasília: SESI Departamento Nacional, 2002.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 1997.

VIEIRA, M. T.; FARIA, A. C. de. Aplicação da NBC T 15 por empresas dos segmentos de bebidas e alimentos: uma pesquisa documental. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v.3, n. 1, p. 49-69, jan./abr. 2007. Disponível em: < <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/142>> Acesso em: 24 jul 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2.ed. São Paulo: Bookman, 2001.